



Categoria retoma mobilização

Reunidos em assembleia geral no dia 5 de março, os fazendários decidiram retomar as mobilizações para forçar o governo a resolver os pontos pendentes da pauta de reivindicações do Fisco e apresentar uma solução para a questão da carreira específica dos técnicos administrativos. A avaliação é que precisamos apertar o passo nos próximos três meses, antes do período eleitoral. Uma nova assembleia deve acontecer ainda em abril e uma campanha publicitária será desenvolvida também neste mês.

Páginas 4 e 5



Centenas de técnicos administrativos se concentram em frente à Saeb no dia 21 de março, na luta pela instituição da carreira específica.

Páginas 2 e 3



Segmento mostra força

Centenas de colegas realizam concentração em frente à Saeb

No dia 21 de março, os técnicos administrativos da Sefaz realizaram uma grande manifestação no Centro Administrativo, na luta pela instituição da carreira específica. Com camisas padronizadas, faixas e balões alusivos à campanha “Sou Técnico, Sou Sefaz”, o segmento escreveu mais um importante capítulo na jornada pela sua valorização.

Os técnicos se concentraram em frente ao prédio da Secretaria de Administração desde as 14 horas e aguardaram pacientemente, até às 19 horas, para ouvir o relato da reunião ocorrida entre a Saeb, o Sindsefaz e representantes do G11. Este encontro ocorreria inicialmente no dia 13, foi transferido para 16/03 e posteriormente remarcado para 21/03.

A Secretaria foi representada pelo titular Manoel Vítório e pelo superintendente de Recursos Humanos, Adriano Tambone. Pelo Sindsefaz estavam Rubens Santiago, Eliel Barbosa, Joaquim Amaral e Jorge Claudemiro; pelo G11 os colegas técnicos Ana Mesquita, Cintya Hamdan e Edson Felipe da Silva. O Sindicato fez um breve relato sobre o Plano de Carreira dos técnicos sugerido ao governo.

O secretário Manoel Vítório fez questão de dizer que não se tratava de uma reunião de Mesa Setorial da Fazenda, mas que consideraria a audiência como o atendimento especial ao Sindsefaz pelas colaborações que vem oferecendo à sociedade - como foi na época



Técnicos pressionam governo pela carreira própria

das discussões da PCS do Fisco - e levaria em consideração a pauta apresentada.

Vítório disse que tudo o que ouviu dos fazendários presentes (e todos fizeram uso da palavra) foi muito importante para construir o seu juízo de valor e afirmou “nada colocado aqui por vocês posso considerar como irrazoável”. O secretário, de forma diligente, determinou que o superintendente Adriano Tambone fizesse uma leitura apurada do Plano e apresentasse para ele as suas impressões. Concluiu sugerindo um calendário de discussão sobre o

tema com o Sindsefaz e o G11.

Ficou acordado, então, um contato da Saeb com o Sindicato para marcar uma reunião de debates e esclarecimentos de pontos, que possivelmente não tenham sido entendidos sobre a nossa proposta. O Sindsefaz e os representantes do G11 foram contundentes em dizer que a categoria já espera por este plano há 21 anos e que desde 2009 as expectativas foram geradas em torno de se obter uma posição do governo. A disposição é de se ouvir uma resposta definitiva quanto ao pleito apresentado.

Conversa com líder do governo

Antes do encontro com a Saeb os colegas tiveram uma interlocução com o deputado e líder do governo José Neto (PT) que estava de passagem pela Secretaria de Administração. Na oportunidade, os fazendários pediram apoio ao deputado para atender a este justo

pleito da categoria fazendária.

Zé Neto disse que, posteriormente, quando o Legislativo fosse instado a se pronunciar sobre este pleito, ele agendaria um encontro com o Sindsefaz e o G11 para tratar a questão.

É a hora! Fazendários retomam

Servidores da Fazenda querem cumprimento de a



Os fazendários retomam neste mês de abril a mobilização para pressionar o governo a cumprir acordos firmados com a categoria e apresentar soluções para os pontos da pauta de reivindicações. Esta foi a principal decisão da assembleia geral ocorrida no dia 5 de março, na Fundação Luiz Eduardo Magalhães.

A categoria tem consciência que houve claros avanços na Secretaria da Fazenda nos últimos cinco anos. E é importante reconhecer que a mudança na posição da Sefaz, que passou a dialogar, permitiu que a remuneração do fazendário melhorasse. Porém, é preciso que as pendências existentes sejam resolvidas. Seria um sinal do reconhecimento ao trabalho realizado, que resultou num avanço de arrecadação da ordem de 60% nos últimos cinco anos.

Infelizmente, os diversos encontros ocorridos com a comissão de gestores indicada pelo secretário Carlos Martins para discutir as pendências com o Sindsefaz não deram resultado. A dívida é grande: Promoções/2011, Subteto Salarial, Valor do Ponto da GF para Pensionistas, Carreira dos Técnicos (veja matéria na página 3).

No momento em que Carlos Martins deixa o cargo e outra pessoa assumirá a Sefaz, é importante deixar claro que não vamos aceitar desculpas para não se encaminhar o debate e as soluções. Até porque a pauta é por demais conhecida pelo governo, além de antiga, não sendo mais necessário tergiversar em torno do tema.

Neste sentido, o Sindsefaz vai pressionar pela negociação, mas fará gestões em outros campos para ver o atendimento das reivindicações. Além das ações de mídia, a entidade retomará os entendimentos políticos no legislativo e vai intensificar a mobilização no âmbito da Sefaz. De imediato, uma nova assembleia deve acontecer em abril, assim como uma reunião do Conselho Sindical.

Contas são aprovadas

Uma outra assembleia, que aconteceu antes dos debates da campanha salarial, apreciou as contas do Sindicato do exercício de 2011. Trata-se de um fórum específico, conforme determinado pelo Estatuto da entidade. Os números apresentados pela diretoria foram aprovados por todos os presentes.

Decisões da

1) Produção de uma grande campanha de mídia de TV, Rádio, Jornais e Sites apontando para os acordos que o governo firmou com a nossa categoria e ainda não foram cumpridos, para vigorar nos próximos meses;

2) Continuar fazendo gestões administrativas e políticas com o

Outros pont

Além das questões específicas da campanha salarial, a assembleia dos fazendários aprovou algumas outras questões. Veja:

1) Alterações do Estatuto

a) Acrescentar as atribuições da assembleia geral a aprovação do Regimento Interno das Eleições do Sindicato;

b) Adaptar os meios de publicação de editais do Sindsefaz às Portarias do Ministério do Trabalho;

c) Ratificar decisão da assembleia passada quanto à extensão do

a luta na Secretaria da Fazenda

ordos firmados e discussão dos pontos pendentes



Assembleia

objetivo de reiniciar as negociações internas na Sefaz;

3) Convocar nova assembleia da categoria, ainda no primeiro semestre deste ano, com indicativo para abril/2012, para avaliar o movimento e definir novas estratégias para o atendimento das nossas reivindicações.

s aprovados

mandato sindical, exclusivamente do triênio 2012/2015 por mais seis meses, ficando, então, a próxima gestão valendo até dezembro de 2015.

2) Comissão Eleitoral

Ao final, foram eleitos os colegas Gilda Mendonça, José Presídio, Maria do Socorro, Graciliano Moraes Neto e Ailton Bittencourt como integrantes da Comissão Eleitoral que conduzirá o processo de eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos Delegados Sindicais para o triênio 2012/2015.

Sindicato encontra Secretário da Fazenda

No dia 4 de abril, o secretário Carlos Martins despediu-se da representação dos fazendários em audiência concedida ao Sindsefaz, às vésperas de deixar o cargo para se candidatar às eleições municipais em Candeias/BA. Estiveram presentes na audiência o subsecretário Carlos Batista e o chefe de Gabinete Pedro Dórea. Pelo Sindicato os diretores Walmir Cruz, Aulos Cruz, Gilvânea Martins, Eliel Barbosa, Joaquim Amaral, Jorge Claudemiro e Rubens Santiago.

O secretário agradeceu a parceria construída com a categoria através do Sindsefaz elogiou a capacidade da direção sindical que, mesmo sem abrir mão da força de mobilização, realizou a articulação política profícua junto ao governo. Segundo ele, isso tornou possível construir um clima de confiança e uma relação que trouxe resultados positivos aos fazendários, e também ao Estado da Bahia.

Todos os representantes do Sindicato agradeceram a gestão do secretário e reconheceram os avanços para todos os segmentos da categoria, mas solicitaram gestão de Martins – em face do respeito de todo o governo ao seu trabalho e da confiança política que possui com o governador Wagner – para ajudar a resolver os pontos de pauta que estão pendentes com o governo.

O secretário respondeu ao Sindsefaz sobre as pendências da pauta.

Técnicos Administrativos

O secretário lamentou não ter resolvido a questão enquanto titular da pasta, pois encontrou alguma resistência dentro do governo, mas apontou o caminho para a SAEB porque as conversas no governo já estavam acontecendo e a Secretaria de Administração já conhecia da proposta levantada pelo Sindsefaz.

Afirmou que acredita que a SAEB tratará a questão com a deferência que o tema merece.

Teto constitucional

O secretário pontuou que continua defendendo que a discussão da modificação do valor do teto para o Poder Executivo englobe a discussão da incorporação de PDF gradual e que acredita que a forma de subsídio poderia ser um facilitador para fazer, também de forma gradual, a majoração do teto salarial.

Chamou a atenção de que o governador Wagner pautou na sua fala na Sefaz, em 29/03, esta preocupação e que estava atento aos estornos existentes e isso, seria, um indício favorável ao debate do tema.

Promoções 2011

Martins disse que acredita que o novo secretário tratará este ponto observando a nova proposta de avaliação que a sua equipe desenvolveu e disse não ter dúvidas que o problema será enfrentado.



Conselho aprova encaminhamentos

Categoria prepara ações para aprovar projetos de interesse dos fiscos estaduais

Nos dias 13 e 14 de março, aconteceu em Salvador a 146ª edição da Reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, nas dependências do Hotel Portobello, em Ondina. Participaram do evento 30 entidades representativas dos servidores dos fiscos de 26 estados e do Distrito Federal. Para o presidente da entidade, Manoel Isidro, os 100% de participação das organizações filiadas à Federação mostra o grau de importância dos temas que foram debatidos nestes dois dias de CD.

Em pauta, as matérias de interesse do fisco estadual que estão em debate no Congresso Nacional, entre as quais a PEC 186, que trata da Administração Tributária e que abre espaço para a LOAT; a PEC 555, que acaba com a taxa de previdenciária para aposentados e pensionistas; o PLC 02/2012, que está no Senado e trata da previdência complementar do servidor, matéria que a Fenafisco



Fenafisco discute mobilização dos fiscos estaduais pela aprovação das matérias de interesse da categoria no Congresso Nacional

tem posição contrária; a PEC 89, que trata do Teto Único, além do PLC 30, que trata do restabelecimento do porte de arma para o servidor do fisco, matéria que tem como relatora no Senado a baiana Lídice da Mata (PSB).

Outros temas de interesse da categoria também foram discutidos durante o encontro, como a realização II Workshop de Participação Política

do Fisco Estadual e Distrital no final do mês em Fortaleza; a organização do 2º Encontro Luso-Brasileiro de Administração Tributária – Portugal (maio desse ano) e da V Plenafisco e V Conafisco Extraordinário (agosto na cidade de Maceió); a proposta de encaminhamento de teses para posicionamento político da Fenafisco; e o 4º Concurso de Monografia da Fenafisco.

CURSOS

Formação Política e Sindical

Fenafisco promove treinamento para ativistas do fisco baiano

Nos dias 15 e 16 de março aconteceu na sede do Sindsefaz-BA um curso sobre formação política e sindical promovido pela Fenafisco. Os diretores Rogério Macanhão (Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais) e Liduíno Lopes de Brito (Formação Sindical e Relações Intersindicais) foram os coordenadores e facilitadores do evento. O treinamento foi direcionado à diretoria do Sindicato, delegados sindicais e ativistas. O objetivo foi promover a formação política e sindical da categoria em caráter permanente.

O curso, que já foi ministrado em diversos



estados, abrangeu três módulos: O primeiro tratou da questão histórica, abordando um pouco da evolução do trabalho X história da humanidade e também a formação política do Brasil. O

módulo 2 debateu a formação do estado moderno, seus conceitos e como isso se relaciona com o sindicalismo. Por fim, no terceiro e último módulo, tratou da origem do movimento sindical, as relações de trabalho, o papel das lideranças, noções de negociação, entre outras questões específicas.

Após acontecer na Bahia, o curso passou por Natal/RN (22 e 23 de março) e Porto Alegre/RS (27 e 28 de março), e será levado ainda a Florianópolis/SC (12 e 13 de abril) e Cuiabá/ MT (26 e 27 de abril).

Sindsefaz participa de evento

Presentes debatem a criação de uma rede nacional de comunicação

Aconteceu entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, em Brasília, o II Encontro das Assessorias de Imprensa do Fisco Estadual e Distrital e I Workshop de Comunicação da Fenafisco. O evento reuniu diretores de comunicação e jornalista dos sindicatos filiados à entidade.

O Encontro teve como objetivo principal a criação de uma rede sindical de comunicação, facilitando assim, a troca e disseminação de informações entre os 29 sindicatos ligados à Fenafisco. Os presentes debateram também a melhor forma de utilização das novas tecnologias e plataformas de comunicação digital, o papel do assessor de imprensa dentro do sindicato, comunicação interna (funcionários e filiados) e externa (mídia e sociedade civil).

Palestras

A abertura do Encontro teve como tema “Comunicação e Sindicalismo”, ministrada pelos jornalistas Val Gomes e Suzana Buzeli que abordaram o contexto histórico e prático do jornalismo sindical. Os jornalistas apresentaram ideias e modelos utilizados por eles em diversos sindicatos. Como por exemplo: boletins impressos e eletrônicos, sites, revistas, cartilhas, entre outros.

A professora e doutora em Comunicação, Elen Cristina Geraldês, explanou sobre “A Importância do Planejamento Estratégico”, enfatizando seu discurso na importância das políticas de comunicação para assessores e suas aplicações. Segundo Dr.^a Elen



Servidores dos fiscos estaduais discutem como aproveitar as novas tecnologias da comunicação



é preciso traçar metas e elaborar um planejamento de comunicação que atenda o sindicato de forma ampla, onde devem conter: o relacionamento com a mídia, com o filiado e com a sociedade; criação de meios alternativos de comunicação; o trabalho com a imagem e a reputação da entidade.

O segundo dia do evento começou com a palestra de Márcio Hudson, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), com o tema: “Comunicação e a Arte da Guerra”. Márcio Hudson fez um paralelo entre os ensinamentos de Sun Tzu e comunicação sindical.

A palestra “Novas Tecnologias como

Instrumento de Comunicação”, do jornalista Leonardo Ribeiro, foi um dos destaques do evento, já que é evidente o grande acesso de empresas e organizações no mundo digital, principalmente, nas redes sociais. Ribeiro apresentou estudos sobre redes sociais e algumas ferramentas digitais que facilitam a comunicação digital. Além de falar sobre postura e comportamento dos mediadores das redes sociais, destacando os desafios e mudanças que ocorreram com a comunicação digital.

Este encontro ratificou a posição da Diretoria de Imprensa do Sindsefaz que apresentou, no final de fevereiro, um projeto sobre a importância e viabilidade da utilização das novas tecnologias de comunicação e das redes sociais pelo Sindicato.

Nova vitória no Tribunal

Enquanto isso, uma ONG vai ter que se explicar com a categoria

O governo do Estado sofreu nova derrota em ação movida pelo diretor de Aposentados do Sindsefaz, Walmir Cruz, na qual pretende a aplicação do subsídio previsto na Constituição Estadual, artigo 34, parágrafo 5º, como o teto salarial do Poder Executivo baiano.

A Desembargadora Vera Lúcia Freire de Carvalho não admitiu o recurso especial movido pelo Estado, alegando carência de fundamentação. Com isso, fica valendo a decisão anterior do Tribunal, que acolheu a pretensão argüida na ação movida por Walmir Cruz. À decisão poderá haver recurso (veja fac simile da decisão).

Na prática o diretor do Sindsefaz terá o direito a receber os proventos, conforme preceitua a Constituição do Estado, tendo como limite máximo o vencimento do Desembargador. **GRANDE VITÓRIA**, que servirá de acúmulo para outras conquistas que seguirão.

Importante registrar, no entanto, que o mesmo êxito não logrou a ONG que atua politicamente na Sefaz, no Mandado de Segurança nº 0004982-67.2008.8.05.0000 que pretende também a aplicação do teto salarial previsto no art. 34, parágrafo 5º, da Constituição Estadual.

A Desembargadora, Daisy Lago Ribeiro Coelho, ao apreciar o pedido de execução provisória, apresentado pela ONG, decidiu: "Assim, pela análise dos autos, não pode ser deferido o presente pedido, pois incabível a execução provisória contra a Fazenda Pública na hipótese em

análise é impossível o atendimento da execução de decisão liminar, de lavra monocrática, já substituída por acórdão, que constitui pronunciamento colegiado."

Lamentável que essa vitória na justiça não tenha se concretizado, independente da sua autoria, para nos ajudar a forçar o governo a rever a interpretação equivocada quanto à correta aplicação do teto do Poder Executivo. Isso é fato.

No entanto, a ONG partidária, patrocinada por um pequeno grupo dentro da Sefaz, terá que prestar contas a alguns colegas auditores que filiou aos seus quadros. É que, para atrair os colegas, afirmou que se eles não se filiassem à entidade não poderiam gozar do direito de passar a perceber seus vencimentos considerando o teto salarial como o vencimento de desembargador, conforme liminar judicial que haviam conquistado. Na verdade, tratava-se de um "conto do vigário", recheado com um misto de barbearagem jurídica e embuste político.

O Sindsefaz, com o mesmo objetivo, ingressou com o Mandado de Segurança n. 000 4604-09.2011.805.0000-0 e vem conduzindo este processo com todo o zelo e cuidado, evitando apresentar medida que possa ser considerada como "pedido impossível".

Mas, acredita que, além das medidas judiciais, deve continuar exercendo a legítima pressão política para resolver esta questão tão importante e significativa para o fisco da Bahia e para isso conta com todos os auditores fiscais de boa fé.

